REFLEXÕES DO FÓRUM CLIMA SOBRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELA INDC BRASILEIRA

São Paulo, 29 de setembro de 2015.

A Economia de Baixo Carbono É Vantagem Comparativa para as Empresas Brasileiras e para o Brasil!

O Fórum Clima, grupo de empresas coordenado pelo Instituto Ethos, anunciou, em 13 de agosto de 2015, por meio da (nova) *Carta Aberta ao Brasil sobre Mudança do Clima*[1], nove compromissos para estimular a transformação da economia atual em uma economia de baixo carbono. A *Carta Aberta ao Brasil 2015* também propôs ao poder público um conjunto de posicionamentos e ações nos âmbitos nacional e internacional da agenda climática, incluindo recomendações para a formulação da INDC brasileira.

O governo brasileiro anunciou, em 27 de setembro, durante a Conferência das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, sua contribuição para o acordo global sobre mudança do clima, que deverá ser pactuado na Conferência de Paris (COP-21), em dezembro. O Brasil se comprometeu a assumir uma meta absoluta de redução de 37% das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) até 2025, com base no ano de 2005, e o indicativo de 43% de redução até 2030.

O Fórum Clima analisou os principais pontos da proposta brasileira para levar à transição do Brasil e do mundo para uma economia de baixo carbono e apresenta abaixo essas reflexões.

O Fórum Clima reconhece:

a) o acerto da proposta brasileira ao apresentar uma meta absoluta e clara de redução de emissões que abrange toda a economia brasileira. Esta é uma importante sinalização de que o país busca uma transformação efetiva da sua economia.

b) a importância e o avanço que foi dado pela INDC brasileira à garantia do respeito aos direitos humanos, às comunidades vulneráveis, às populações indígenas, às comunidades tradicionais e aos trabalhadores de todos os setores, bem como a consideração das questões de gênero.

c) o poder simbólico e estratégico de alinhar as aspirações de longo prazo com a meta de descarbonização completa da economia ainda neste século.

d) que estabelecer uma meta não condicionada ao apoio internacional, ainda que este possa acelerar o cumprimento dos objetivos, é parte de uma contribuição clara para o avanço da agenda do novo acordo climático global em um dos seus pontos mais cruciais, que é o financiamento da transição para uma economia de baixo carbono.

e) que, ao apresentar uma meta de redução de 37% até 2025, seguida de uma sinalização de redução de 43% até 2030, o Brasil reafirma a importância dos ciclos de revisão das metas a cada cinco anos e indica com clareza o mínimo de redução até 2030, uma vez que defende que revisões só podem ser feitas para aumentar a ambição.

---

[1] A *Carta Aberta 2015* atualiza a *Carta* de 2009, quando as empresas do Fórum Clima também realizaram compromisso estratégico com a redução das emissões de gases de efeito estufa e estimularam o governo brasileiro a assumir posição de liderança na Conferência das Partes (COP-15) realizada em Copenhague, na Dinamarca.

f) que, com a INDC apresentada, reafirma-se o papel protagonista do Brasil no avanço das negociações, no sentido de alcançar o novo acordo global de clima em Paris durante a COP-21.

A contribuição anunciada pelo Brasil, apresentada num documento bastante objetivo e claro, se alinha às recomendações gerais apresentadas pela *Carta Aberta ao Brasil 2015*, do Fórum Clima. Tais recomendações podem ser vistas como "ganha-ganha", pois incluem ações como diversificação da nossa matriz energética e aumento da eficiência na pecuária, as quais representam amplos benefícios para a sociedade brasileira, inclusive para além da contenção de emissões de GEE, como, por exemplo, a expansão do nível de geração de emprego e renda do país.

Destacamos alguns pontos para maior reflexão e aprofundamento:

I. O processo de consulta à sociedade brasileira para elaboração da INDC foi transparente e procurou o engajamento de todos os setores da sociedade. Assim, é preciso continuar com esse processo, compartilhando as fontes de informação e referências que serviram de base tanto da meta absoluta quanto das metas setoriais de redução de GEE contidas na contribuição do Brasil, para que o setor empresarial possa definir suas metas em consonância com o país;

II. Entendemos que o compromisso com uma meta desse tipo irá desencadear processos em âmbito nacional, de criação de políticas públicas e de mecanismos de implementação. A interação com as empresas será fundamental para garantirmos que tais mecanismos de implementação sejam concretizados o mais rápido possível e abram espaço para ampliação da contribuição brasileira nos próximos anos;

III. No que se refere ao uso da terra e à agropecuária, o anúncio envolveu 32 milhões de hectares: 12 milhões ligados à recuperação de florestas, 15 milhões vinculados a pastagens e outros 5 milhões à integração lavoura-pecuária-floresta. Não se trata de um total trivial, pois o volume é significativo. Entretanto, estudos indicam que a área total de florestas a ser recuperada pode ser bem maior. Chegar a essa dimensão com maior exatidão dependerá da consolidação dos próprios estudos e da aplicação do Código Florestal.

IV. Entendemos que a meta de eliminação do desmatamento ilegal na Amazônia em 2030 deveria se estender para todos os outros biomas do Brasil, com destaque para o cerrado, e ser antecipada o quanto for possível. Para tanto, a estratégia de monitoramento do desmatamento do bioma amazônico deverá ser ampliada para os outros biomas;

V. Com relação às metas do setor de energia, reforçamos que devemos tentar atingir 50% de fontes renováveis na matriz energética até 2030. Destacamos que o esforço deve ser maior para o aumento significativo das fontes baseadas em energia eólica, energia solar e biomassa. Reiteramos a importância de estimular a eficiência energética e endossamos a meta de aumento de 10% de eficiência mencionada pela INDC, ainda que careça de esclarecimento sobre qual o ano de referência para essa melhoria. A *Carta Aberta* defende a criação de mecanismos que viabilizem rapidamente inovação e tecnologia para processos produtivos mais eficientes; incentivos que viabilizem o aproveitamento do calor residual do processo para a produção de energia elétrica em pé de igualdade com as fontes renováveis, promovendo a autogeração; e a criação de políticas públicas que incentivem a eficiência energética. Novamente nos colocamos aqui à disposição para diálogo sobre os setores industrial, de transportes, incentivo à inovação tecnológica e questões de infraestrutura;

VI. Reconhecemos a importância de a INDC mencionar a descarbonização da nossa economia. Entendemos que a descarbonização da economia e a eliminação do uso de fontes fósseis na matriz energética brasileira consistem em grandes desafios. E, portanto, entendemos que, como próximo passo, teremos de encontrar os meios de implementação para estimular o uso de fontes renováveis e de biomassa nas térmicas, além de eliminar o uso de fontes fósseis na nossa matriz energética.

VII. Reiteramos a declaração de que o Brasil está aberto ao uso de mecanismos de mercado que possam ser estabelecidos pelo novo acordo em Paris. O Fórum Clima apoia o desenvolvimento e a implementação de instrumentos financeiros e de mercado como forma de financiar a transição para uma economia de baixo carbono; e

VIII. Como forma de implementar a transformação nos setores de transporte e industrial, o Fórum Clima se coloca como parceiro para desenvolver temas tão relevantes para a criação de uma infraestrutura de baixo carbono, incluindo: a criação de mecanismos que facilitem e incentivem o transporte coletivo e outras soluções de mobilidade urbana não intensas em carbono; a ampliação do uso de biocombustíveis, por meio da taxação de carbono, que usa como referência o conceito de custo social do carbono[2]; a eletrificação dos meios de transporte coletivo e individual; e o estabelecimento de programas de incentivo à inovação e desenvolvimento de tecnologias para uma economia de baixo carbono. A agenda de mitigação e de adaptação nas cidades brasileiras também deve ser destacada, incluindo o cumprimento, dentre outros pontos, das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, cujos prazos atualmente não têm sido cumpridos na sua totalidade.

O Fórum Clima destacou acima as questões e observações sobre a INDC com o intuito de se engajar positivamente e contribuir para a construção de uma INDC efetiva e coerente com todos os setores produtivos. Colocamo-nos à disposição para engajamento e participação nos próximos passos de implementação da INDC brasileira. Reforçamos mais uma vez a importância de descarbonizar nossa economia, o que tem se mostrado uma tendência também no âmbito internacional e que, certamente, irá impactar decisões estratégicas de aumento de competitividade para o setor empresarial e o rumo da economia global.

[2] O custo social do carbono tem se tornado uma referência cada vez mais robusta para estimar os danos econômicos causados pela emissão de dióxido de carbono equivalente (CO_2eq) na atmosfera e já é implementado em diversos países e instituições multilaterais para balizar políticas ambientais. Recente estudo da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) valora este custo social, considerando diferentes taxas de descontos intertemporais, em até US$ 117 por tonelada de CO_2eq.